

Economia solidária e desenvolvimento sustentável: análise preliminar visando avaliar os espaços da economia solidária no RS

Júlia Coelho (juliadrabbit@yahoo.com.br)

Grupo de Pesquisa 13: Socioeconomia Solidária e Desenvolvimento Local

RESUMO

Um dos segmentos importantes para qualquer ação visando um desenvolvimento sustentável refere-se ao mercado. Neste sentido, os estudos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável em área de mata Atlântica no Rio Grande do Sul têm constatado uma ligação entre iniciativas visando geração de renda de pequenos grupos de articuladores/extrativistas e mercados conhecidos genericamente como “solidário”, quais seja, aqueles que buscam comercializar produtos provenientes de manejo sustentável, de cooperativas, grupos comunitários e associações, e que em sua forma de organização e gestão também seguem princípios de equidade e justiça laboral. De modo a aprofundar estas conexões, o trabalho apresentado se fundamentou no objetivo de verificar os espaços da Economia Solidária no RS através de entrevistas realizadas com agentes sociais sistematizados nas categorias: produtores, articuladores e especialistas. Neste trabalho é apresentada a análise de entrevistas estruturadas realizadas entre os articuladores e especialistas, ou seja, representantes de ONGs, instituições públicas estaduais e federais, consultorias e movimentos sociais, teóricos, estudiosos, professores e pesquisadores de temas diretos e correlatos. O instrumento de pesquisa visou identificar as iniciativas solidárias, os setores econômicos e sociais onde ocorrem os mecanismos e dificuldades encontradas para a manutenção dos empreendimentos solidários. Os dados revelam que os segmentos que mais prosperam (no contexto do paradigma da economia solidária) são a agricultura familiar, artesanato e agroindústria. Sobre a expansão do comércio, grande parte dos entrevistados acredita que esteja evoluindo; no entanto, há quem aponte um momento de retrocesso nas iniciativas de comercialização. Sobre os grupos que vivem somente da renda adquirida através de empreendimentos solidários, as opiniões divergem entre os que apontam uma sustentação total (como no caso de algumas cooperativas de costureiras e fábricas ocupadas na região metropolitana), enquanto outros não identificam, considerando inexistente hoje. Este resultado aponta a diversidade de conceitos e compreensões que a Economia Solidária pode ter. As dificuldades encontradas são relacionadas com a organização, fomento e articulação dos grupos, inserção dos produtos no mercado e retorno financeiro lento. Além desses resultados, neste artigo procuramos debater alguns aspectos importantes de como a Economia Solidária pode se apropriar de conceitos para se construir teoricamente e, retornando aos resultados da pesquisa, buscar identificar formas concretas de inserção de grupos neste paradigma de comportamento econômico.

1. INTRODUÇÃO

A Economia Solidária vem se solidificando como alternativa de desenvolvimento econômico aos modelos e padrões exploratórios do *modus operandi* da economia capitalista pelo qual nossa sociedade optou seguir. Ao mesmo tempo, está bastante claro que a Economia

Solidária não atua em um campo fora do capitalismo e do mercado formal mas, ao contrário, busca dentro da realidade existente formas de alternativas de desenvolvimento econômico baseado em valores mais humanos, na busca da autonomia dos grupos que a praticam, em práticas sociais e ambientais sustentáveis. Também sob este vasto conceito encontramos referências às ações cooperadas e associativas, com vistas e busca da autogestão, atuação e inserção no mercado através de redes, relações de trabalho horizontais e equânimes.

Parte-se do pressuposto que qualquer processo autogerido, além da produção da auto-sustentação, implica também em dimensões não materiais, tais como a liberdade, a autonomia e a auto-determinação. Essas dimensões são apontadas por Almeida, Villar e Nakano (*in* Gaiger, 2004:173) como processos não necessariamente espontâneos dos indivíduos, logo passíveis de intervenções e fomento ‘externo’. O que encontramos na sociedade, em termos de relações de trabalho e geração de renda, é o processo histórico da dominação; são as práticas e valores de dominação que fundam o social em seu aspecto mais amplo (Singer, 2002:174).

A compreensão de *redes* a partir de seu aspecto econômico implica em “uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamentos, consumidores e organizações populares (associações, sindicatos, ONGs, etc) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto”. A viabilidade das redes está relacionada a fatores como “intensividade, extensividade, diversidade, integralidade, realimentação, fluxos de valor, fluxo de informação, fluxo de matérias e agregação” (Mance *in* Cattani, 2003:220).

A prática da Economia Solidária, em sua dimensão mais ampla, implica em sujeitos organizados a partir da base, com vistas a romper a verticalidade absoluta das relações sociais e, no caso da pesquisa realizada, das relações de trabalho e poder. A participação e a autonomia são vistas pelos pesquisadores como conquistas dos atores sociais, que rompem com os modelos e padrões de relações trabalhistas nas quais vivemos para a partir daí se desenvolverem econômica e socialmente. O trabalho assalariado/remunerado, como forma de produção de capital, é visto como forma de mediação social. (Oliveira *in* Gaiger, 2004:323). Segundo Singer (2002:9) “... a solidariedade na economia se dá se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar”.

Por autogestão entendemos o exercício de poder compartilhado, um conjunto de práticas sociais cuja característica principal é a natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um coletivo. Este conceito possui caráter multidimensional, sendo ao mesmo tempo social, econômico, político e técnico, onde a dimensão social deve ser percebida como resultado de um processo capaz de gerar resultados para os indivíduos que dela dependem. O aspecto econômico diz respeito aos processos e relações de produção, no qual se privilegia o fator *trabalho* em detrimento (não absoluto, pois se trata de geração de renda) do capital. A dimensão política se fundamenta a partir de sistemas de representação que criam condições para que a tomada de decisões

seja fruto de uma construção coletiva, de poder compartilhado de opinar e decidir, como forma a garantir o equilíbrio de forças presentes no coletivo. Já o aspecto técnico insinua a possibilidade de outras formas de organização e divisão do trabalho, visando a autonomia, a cooperação e a equanimidade em diversos aspectos (Albuquerque *in* Cattani, 2003:20).

É pertinente abordarmos rapidamente a compreensão sobre desenvolvimento sustentável, fator que baliza e norteia nossa busca enquanto pesquisadores e participantes de processos em comunidades e grupos. Também é um termo bastante presente e que fundamenta a Economia Solidária. O termo *desenvolvimento* pode ser visto e compreendido através de diversos matizes. Normalmente é vinculado (e por vezes confundido) ao crescimento eminentemente econômico, partindo da (falsa) premissa que a sociedade *pode* crescer indefinidamente e que a ciência e a tecnologia sempre terão mecanismos e soluções para as conseqüências deste crescimento. Ora, vemos inúmeras catástrofes ambientais, extinções de

espécies animais e vegetais, aumento da pobreza, elementos que por si já contradizem esta premissa. Este pensamento é uma visão expansionista e basicamente quantitativa. Partimos do princípio de que o desenvolvimento deve necessariamente estar vinculado a uma ótica endógena e de manejo de recursos naturais, evolucionista e quantitativa, muito mais voltada para as relações que para os fins (Milanez *in* Cattani, 2003:77). Assim, entendemos que desenvolvimento sustentável significa “uma forma de ver o desenvolvimento de uma sociedade, ciente dos prejuízos causados ao meio ambiente pelo desenvolvimento econômico atual” (2003:76), a fim de conciliar o processo de desenvolvimento social com a manutenção do equilíbrio ambiental do planeta.

Passamos agora para um elemento constante no nosso cotidiano, que permeia as relações humanas em diversos aspectos: a competição, e como a Economia Solidária propõe trabalhar este aspecto. Existe um conflito, quando nos remetemos aos aspectos de concorrência e competição de mercado, no que se refere ao excesso de competição *versus* a competição sadia. Singer (2002:4) se refere a este aspecto como *diferencial* entre as concepções de economia formal e economia solidária. O autor aponta a heterogestão (oposto de autogestão, que apresentamos anteriormente) como um processo histórico e cultural de educação vertical. Este é um padrão social, de efeitos absolutamente negativos em termos de desenvolvimento sustentável e relações sociais equânimes, que pode ser processualmente rompido e trabalhado através de iniciativas junto às bases da sociedade (trabalhadores, produtores, famílias, grupos de diversas naturezas). Neste aspecto, projetos sociais têm um relevante papel de intervenção e transformação, com vistas à autonomia dos grupos e comunidades com os quais trabalham.

As práticas de Economia Solidária abrangem campos de atuação que não dizem somente respeito às questões estritamente econômicas. Retomamos aqui nossa compreensão de desenvolvimento sustentável, onde podemos compreender um ciclo completo desde a produção até o consumo, transpassando questões como a forma de produção, a relação humana e de poder existentes nos grupos, os próprios grupos e formas de agrupamentos possíveis de serem geridos, os materiais utilizados para a produção e comercialização, distribuição e escoamento, o consumo e consumidor dos produtos, os resíduos gerados e o destino dos mesmos.

Observamos através de diversas fontes que *trabalhar com economia solidária* não se refere a um ambiente social, qual seja *a cidade* ou *o campo*. O interesse em realizar uma

pesquisa com foco no meio rural surge a partir do momento onde se constata a vital importância de se trabalhar com os grupos que tem um contato direto com o manejo da terra, onde encontramos relações sociais e humanas mais fortemente marcadas pela cultura e hábitos endógenos, onde a competição entre os indivíduos é bastante mais sutil e menos arraigada que no meio urbano, onde é possível pensar e obter a subsistência com base em outros valores que não somente o monetário¹. Ousamos afirmar que encontramos mais facilmente resultados de práticas solidárias para fora da cidade, onde a cultura do consumo ou a patologia do consumismo é, hoje, bem menos forte. Também, a relação do homem com o ambiente natural se dá de forma cotidiana, e as reações da natureza à intervenção humana são observáveis cotidianamente ou em um curto espaço de tempo. A esse elemento atribuímos a possibilidade de manejo sustentado em práticas locais. Aqui o fator *escala* também tem importância, pois as ações do campo têm ressonância nos hábitos urbanos (principalmente quanto à produção de alimentos), embora a densidade demográfica do meio rural seja bastante menor que no meio urbano.

¹ Encontramos afirmações contrárias em diversos dos pensadores clássicos, como Weber, por exemplo, que identifica como característica das comunidades ‘camponesas’ o individualismo nas relações sociais. Quanto a isso, deixamos claro aqui que esta análise diz respeito a um recorte de tempo e espaço, e que não encontramos ressonância desta teoria social / sociológica no objeto de nossa análise.

2. JUSTIFICATIVA

O município de Maquiné apresenta uma economia basicamente agrária, baseada na agricultura familiar, sendo também relevantes as atividades de extrativismo de espécies da Mata Atlântica, o comércio e o turismo. Apresenta um forte potencial de desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida da população local bastante forte, além de características geográficas e produtivas bastante expressivas. A economia deste município é eminentemente rural, e aqui encontramos dois segmentos principais. O segmento da produção em escala, feita pelos agricultores da região (podemos enquadrar no conceito de agricultura familiar), demandada principalmente pela Cia Zaffari de Supermercados (cadeia regional), é uma produção que utiliza sementes e matrizes hidropônicas e transgênicas, e em grande parte desta produção são utilizados agrotóxicos. Outro segmento ou grupo encontrado é o dos agricultores de pequena escala, localizados em sua maioria nas encostas de morro. Estes produzem quase que exclusivamente para a subsistência, e por vezes algumas famílias desenvolvem alguma outra atividade econômica que lhes gere uma renda complementar, porém ainda longe de uma perspectiva de capitalização, como veremos a seguir. Utilizam técnicas de plantio normalmente baseadas em policultura ou culturas múltiplas, e por vezes recebem sementes subsidiadas pelo estado através do Sindicato Rural. Já foi verificado o subsídio de sementes transgênicas, informação que comumente não chega ao cidadão. A complementação da renda, quando existente, é feita através da extração de elementos da mata (como a samambaia-preta (*Rumhora adiantiformis* (G. Forest.) Ching), mudas de espécies nativas) e também pelo artesanato.

Esta questão específica vem sendo pesquisada e trabalhada pelo Projeto Samambaia-preta, dentro de uma linha de pesquisa sobre fibras, chamado Projeto Samambaia Preta Artesanato. É aqui que encontramos o ambiente principal de nossa pesquisa. O grupo Projeto Samambaia-preta Artesanato foi formado durante a execução do estudo etnobiológico do extrativismo de *Rumhora adiantiformis* (samambaia-preta, usada para arranjos florais) em Maquiné (Miguel et al., 2006). Neste contexto, o artesanato a partir de fibras vegetais foi identificado como uma alternativa para diversificação da economia das famílias extrativistas na região, principalmente, pelo seu caráter tradicional, abundância da matéria-prima - haja visto que o Litoral Norte é a maior região produtora de banana no Estado - e baixo impacto ambiental apresentado pela atividade. Em 2001, com incentivo da Anama, iniciou-se o processo de formação do grupo de artesanato na localidade da Solidão, um distrito do município de Maquiné. Observou-se que parte das mulheres que se envolveram na confecção de artesanatos interromperam a atividade de extrativismo da samambaia, que acarretava em inúmeros problemas de saúde devido ao carregamento do peso excessivo (25 a 30 kg). Atualmente, são produzidos diferentes utensílios domésticos e/ou decorativos em fibras vegetais, principalmente a palha de bananeira (*Musa acuminata* Colla), configurando-se como uma complementação à renda familiar (que provém primordialmente do extrativismo de samambaia).

Encontramos ainda em Maquiné uma potencialidade quase ímpar para o desenvolvimento de diversas práticas sustentáveis. Este potencial vem sendo aos poucos comprometido pela idéia de desenvolvimento econômico imediato que confronta sua população e áreas naturais (morros, vales, encostas, nascentes...) com riscos como a falta de organização para o recebimento de turistas (atividade que vem crescendo sensivelmente na região), a especulação imobiliária, a exploração econômica dos agricultores, a evasão para as cidades próximas, a ocupação humana não planejada em áreas de preservação ou de risco para o bioma. É neste quadro que surge a necessidade de chamarmos atenção para esta realidade, e entendermos a importância da realização de trabalhos encadeados (em redes) que atuem através dos

paradigmas do desenvolvimento sustentável e da Economia Solidária como forma de desenvolvimento local.

Neste contexto, o presente artigo apresenta os resultados de pesquisas realizadas pelo DESMA - Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica² na área de Economia Solidária, no sub-projeto Samambaia-preta Artesanato (figura 1). Nesta pesquisa, buscamos identificar as formas de articulação e o ‘estado das artes’ da Economia Solidária do Rio Grande do Sul, a fim de podermos avaliar a inserção das artesãs do município de Maquiné na “lógica” e sistemática da Economia Solidária. Em nível teórico, buscamos tecer elementos que permitam a discussão acerca de um conceito para Economia Solidária, não pretendendo esgotar este tema. Neste sentido, a pesquisa foi baseada em entrevistas realizadas com diferentes atores relacionados à Economia Solidária no Rio Grande do Sul, buscando respostas à problemática gerada a partir da seguinte questão: *É a Economia Solidária no Rio Grande do Sul uma alternativa válida para articular e promover a venda do artesanato produzido pelas mulheres artesãs do município de Maquiné?*

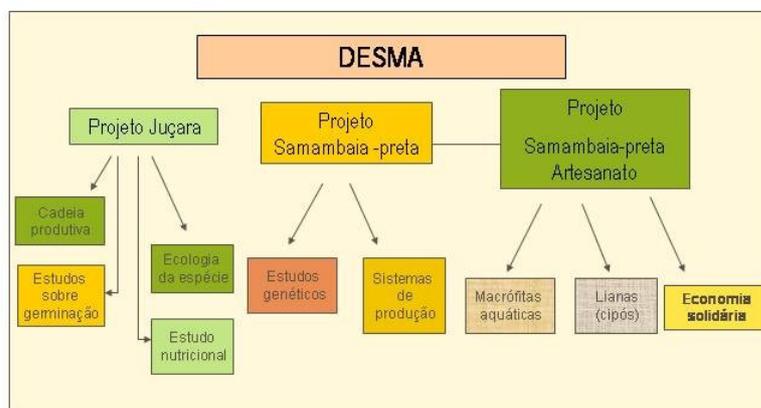


Figura 1 - Representação esquemática da atuação do DESMA no Litoral Norte do RS

3. METODOLOGIA

O DESMA vem desenvolvendo pesquisas interdisciplinares no município de Maquiné, desde o ano 2000, principalmente nas áreas biológicas, agrárias, econômicas e sociais (Miguel et al., 2006). Desde o ano de 2004, iniciaram-se os estudos na área de Economia Solidária como forma de buscar um retorno concreto às comunidades. Para tanto a pesquisa foi realizada a partir de 3 eixos: 1) análise do processo de formação do grupo de artesãs do Projeto Samambaia-preta Artesanato que o DESMA desenvolveu no município e levantamento de suas demandas; 2) mapeamento dos espaços da Economia Solidária no RS; 3) Análise da viabilidade de incorporação dos artesanatos na lógica e sistemática da Economia Solidária no Estado (figura 2).

² Núcleo de Pesquisas Interinstitucional, credenciado junto ao CNPq, que engloba pesquisadores da UFRGS (PGDR), da FEPAGRO, e da Ong ANAMA, o qual visa desenvolver estudos e ações em prol do desenvolvimento rural sustentável em áreas de Mata Atlântica, em especial localizadas em áreas de Mata Atlântica no litoral norte do Rio Grande do Sul. Este grupo tem, igualmente, como objetivo incentivar o desenvolvimento de atividades agroflorestais fundamentadas no manejo sustentado dos recursos naturais com vistas a reverter o processo de degradação dos ecossistemas florestais de Mata Atlântica.

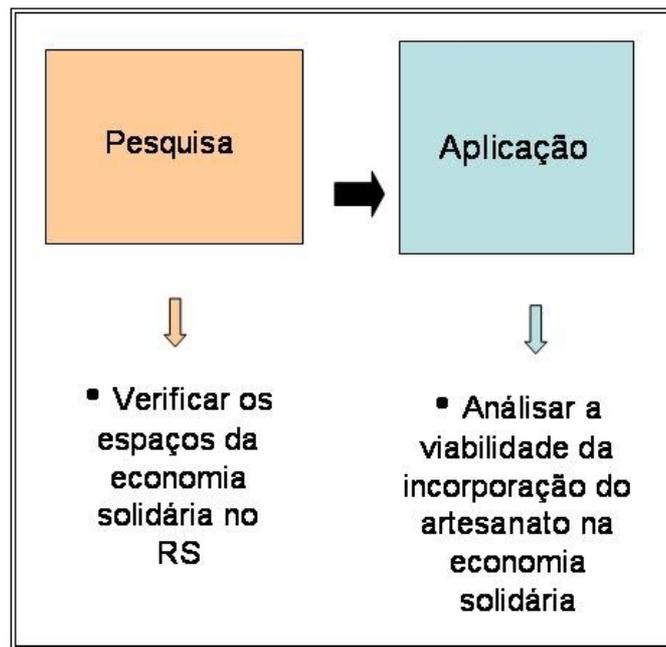


Figura 2 – Representação esquemática da relação da pesquisa teórica e aplicada

Para a análise do processo de formação do grupo de artesãs do Projeto Samambaia-preta Artesanato os dados foram compilados e sistematizados a partir do material previamente elaborado pelo DESMA (Anama, 2002; Anama/PGDR-UFRGS, 2003; Miguel et al., 2006), além da interação com o universo de estudo a partir da convivência com os pesquisadores do DESMA, saídas a campo visando interação com os agricultores familiares do município e com as artesãs, no período de novembro de 2004 a fevereiro de 2006. Para a realização do mapeamento dos espaços da Economia Solidária no Estado os atores sociais envolvidos nesta prática foram divididos nas seguintes categorias: “articuladores”, “produtores”, “especialistas”, segundo a figura 3. Esta categorização foi utilizada para a comparação dos resultados dentro das próprias categorias e entre elas. No período de março de 2005 a dezembro de 2006, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com parcelas representativas das categorias articuladores (9 entrevistas), produtores (7) e especialistas (6). O instrumento de pesquisa visou identificar as iniciativas solidárias, os setores econômicos e sociais onde ocorrem os mecanismos e dificuldades encontradas para a manutenção dos empreendimentos solidários. Os dados foram analisados quali-quantitativamente.

A partir da análise dos dados provenientes da segunda etapa, fez-se a análise da viabilidade de incorporação do artesanato na lógica e sistemática da Economia Solidária praticada no RS.

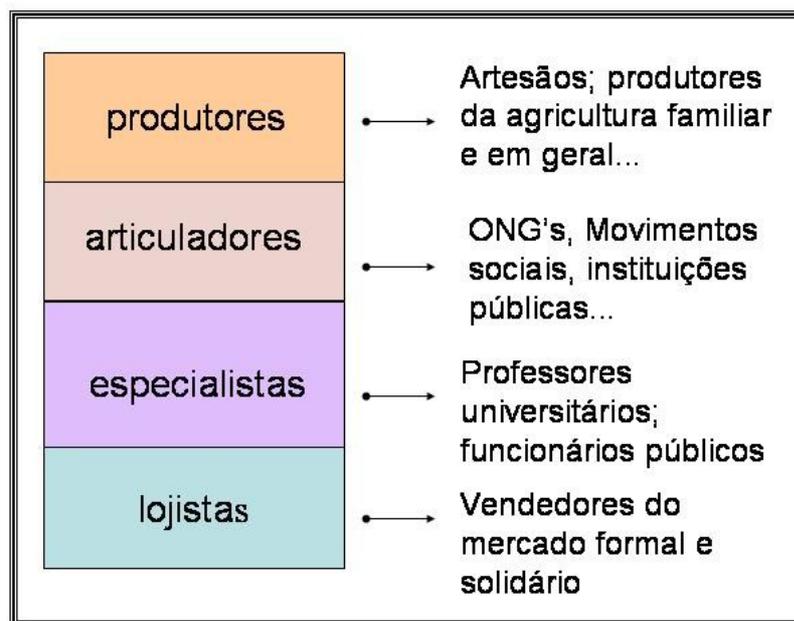


Figura 3- Categorias utilizadas para análise das informações dos atores sociais envolvidos com Economia Solidária no RS

4. RESULTADOS

4.1 – Contextualização da formação do grupo de artesãs do Projeto Samabaia-preta Artesanato

A realização do estudo etnobotânico, buscando plantas com potencial econômico para a comunidade de Maquiné, propiciou o contato com pessoas envolvidas em atividades artesanais. Fatores como a existência no local de artesãs que trabalhavam comercialmente com artesanato de fibras vegetais, a abundância da matéria-prima e o caráter tradicional da atividade artesanal acenaram quanto à possibilidade do artesanato configurar-se em uma alternativa de diversificação da economia das famílias extrativistas na região da encosta da Mata Atlântica. A discussão com a comunidade sobre o artesanato como fonte de renda enquanto atividade complementar às atividades de agricultura e extrativismo, estimulou o questionamento acerca das dificuldades das técnicas, da produção, do escoamento da produção, e sobre os ganhos reais (ganhos monetários e de qualidade de vida) das mulheres que estavam engajadas na comercialização.

Estes questionamentos abriram espaço para a realização de uma oficina, sugerida pela ONG Anama e ministrada por uma artesã local, para a transmissão das técnicas de trabalho em palha de bananeira para outras mulheres da comunidade na mesma situação. Esta iniciativa incentivou o processo de formação de um grupo de mulheres que trabalham com o artesanato feito a partir de fibras e materiais encontrados na localidade, como a palha de bananeira, a taboa e a tiririca, que se consolidou através da realização periódica de oficinas das técnicas em palha de bananeira. Durante o segundo semestre do ano de 2001, foram realizadas oficinas das técnicas onde participavam cerca de quatro mulheres que aos poucos iniciaram a comercialização de sua produção.

O artesanato a partir da palha da bananeira, é produzido com um subproduto agrícola, o pseudocaule da bananeira que perde a função após a frutificação. Ele é retirado pelas mulheres, de seus quintais, onde está *plantada a horta* com os alimentos para sua subsistência e de sua família, servindo também para a produção do artesanato. Esta produção artesanal pode ser produzida como forma de geração de renda complementar à atividade agrícola. São utilizadas diversas técnicas para a produção do artesanato provindas do conhecimento tradicional da região praticadas *principalmente* por mulheres como o trançamento da palha, a costura com a própria palha e o crochê realizado com a mesma. Estas técnicas passadas de mãe para filha, *de geração para geração*, possibilitam a produção de peças ricas visualmente e variadas na sua composição (figura 4).





Dificuldade de inserção dos produtos no mercado

Figura 4 – Produtos confeccionados em palha de bananeira pelo Projeto Samambaia-preta Artesanato.

O interesse da Emater local em incentivar o artesanato, reuniu a Anama e dois grupos de mulheres do município incluindo as artesãs dos Fundos da Solidão, um dos vales de Maquiné que pode ser considerado o mais pobre do município. O convívio propiciado pela realização mensal de oficinas com os dois grupos estimulou o aumento da produção em termos de qualidade e quantidade. Atualmente, são produzidas cestas de taboa e tiririca e diferentes peças em palha de bananeira, como tapetes, chapéus, cestos, bolsas, leques e utensílios domésticos. Algumas peças são adornadas com pedaços da espata de palmeiro (*Euterpe edulis*) e sementes de lágrima-de-nossa-senhora (*Coix lacryma-jobi*). A partir deste trabalho, as peças começaram a ser desenvolvidas com caráter mais utilitário e menos decorativo, atribuindo assim valor de uso às peças e facilitando a venda, adquirindo mais vazão no mercado.

Hoje, produtos confeccionados a partir deste material são bastante valorizados pelo mercado nacional. Do ponto de vista da legislação ambiental, não existe nenhum entrave, por ser uma espécie exótica e cultivada. Esta espécie, por ter grandes potencialidades de se configurar como uma alternativa de renda para as famílias extrativistas recebeu o incentivo da ONG, desde o ano de 2001, para o transporte do artesanato e contatos comerciais.

Nota-se que a produção deste artesanato como forma de alternativa de renda a mulheres extrativistas demonstra uma preocupação destas e uma ação de conservação das áreas de encosta da mata atlântica. Por elas morarem em regiões inclinadas da encosta, dificultando o cultivo de hortaliças para a venda, as alternativas que restam são a extração da samambaia-preta. A partir da formação do Projeto Samambaia-preta começou a produção de artesanato como alternativa econômica.

A participação em feiras envolvendo o trabalho da ONG e das artesãs no transporte e comercialização são a opção preferencial do grupo por trazer resultados mais diretos (figura 5). Devido às características do Projeto Samambaia-preta Artesanato, a participação em feiras sempre

se deu junto ao Programa de Agroindústria Familiar, onde ocorre a venda direta e personalizada, gerando valores (monetários e simbólicos) significativos. Com o objetivo de agregar valor simbólico às peças produzidas através da divulgação da origem e identidade do grupo, correlacionando a atividade extrativista da samambaia-preta à atividade artesanal, foi criada uma etiqueta com a logomarca “Projeto Samambaia-preta Artesanato”. Esta é uma ferramenta que auxilia na busca de espaço para o comércio solidário (Mance, 2003) e para o consumo crítico ou consciente (figura 6).



Figura 5 – Projeto Samambaia-preta e a participação em feiras.



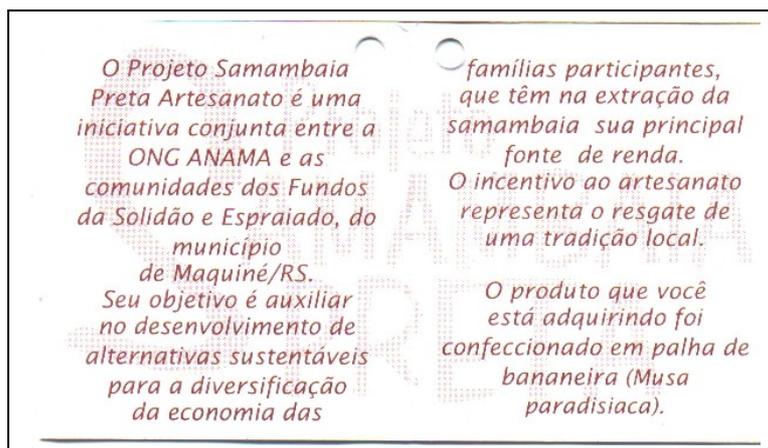


Figura 6 - Etiqueta dos produtos Samambaia-preta Artesanato

Entre as dificuldades de implementação de alternativas que levem à diversificação das atividades econômicas em propriedades rurais, constata-se a questão do escoamento da produção e a falta de meios de comunicação como os fatores de maior dificuldade. O acesso da comunidade da Solidão à cidade de Maquiné se dá por estradas em péssimas condições; existe somente o transporte escolar realizado pela prefeitura que eventualmente permite o deslocamento de adultos. O acesso à cidade é feito a pé ou de bicicleta numa distância de cerca de 7km. Além disso, não há formas de comunicação como telefone público para viabilizar contatos comerciais. São fatores que dificultam a autonomia das artesãs em relação ao escoamento de sua produção.

Quanto aos aspectos legais, há muitas divergências quanto à comercialização da produção. Até recentemente, havia muitas dificuldades e impedimentos para a formalização da atividade artesanal no meio rural, pois segundo a legislação trabalhista vigente, os agricultores familiares que optassem por assumir oficialmente esta atividade, através da confecção da carteira de artesão (emitida exclusivamente por uma associação regional de artesãos) perdiam o direito à aposentadoria rural. Atualmente, ainda não há um consenso referente a esta situação, sendo que alguns órgãos governamentais veiculam a possibilidade do uso do talão de produtor rural para este fim. Como há controvérsias, existe muito receio por parte das agricultoras de assumir a atividade artesanal, sendo que esta situação impede a participação em eventos voltados a artesãos e a venda em escalas maiores onde é exigida a nota fiscal.

Segundo Coelho de Souza (2003) a implementação do Projeto Samambaia-preta Artesanato evidenciou que há uma disponibilidade da comunidade a alternativas que apresentem soluções aos problemas levantados, tais como: escoamento da produção e contatos comerciais. Além disso, ficou bastante presente a viabilidade da realização de iniciativas como estas, que demandam a articulação com vários setores da sociedade e demanda de baixos investimentos. Os resultados demonstram que o retorno é bastante concreto, modificando relativamente a realidade econômica das famílias envolvidas. Mas ao mesmo tempo, o contato com o poder público local evidenciou a falta de estrutura técnica e financeira a que as prefeituras estão submetidas.

Para que iniciativas como estas identificadas na localidade dos Fundos da Solidão possam estabelecer-se como alternativa sustentável para as demais populações extrativistas de Maquiné é necessária a reflexão sobre alguns fatores limitantes, tais como: a) buscar formas autogestionárias (ou que proporcionem maior autonomia) para realizar o escoamento da produção, não ficando quase que exclusivamente 'dependentes' da ação da ONG; b) estabelecer as bases de manejo sustentável das espécies utilizadas; c) adequar a atividade ao atual Código Florestal Estadual no que diz respeito ao extrativismo de espécies não madeiráveis nativas da Mata Atlântica; d) sensibilizar o poder público para implementação de

políticas públicas que contemplem a diversificação das atividades dos agricultores familiares no meio rural com a finalidade de fomentar tais atividades.

4.2 - Mapeamento dos espaços da Economia Solidária no RS

CATEGORIA ARTICULADORES

Os principais trabalhos desenvolvidos pelos articuladores referem-se à assessoria através de: incubação de empreendimentos coletivos e autogestionários; incubação e apoio a redes de empreendimentos; apoio logístico (a este tipo de empreendimento); elaboração de projetos para busca de recursos; fiscalização de cooperativas; fomento a autogestão através de reuniões; organização do consumo; apoio a feiras; mapeamento dos empreendimentos de Economia Solidária (no Brasil, por Estados Federativos); estudos e apoio ao cooperativismo (através das ferramentas acima citadas). Quanto aos segmentos mais prósperos na Economia Solidária, 100% dos entrevistados citou a agricultura em primeiro lugar. Alimentação foi citada como o segundo segmento que mais prospera. Em seguida, foram elencados confecção, artesanato e prestação de serviços, nesta ordem.

Sobre a expansão do comércio em ES no Rio Grande do Sul e perspectivas futuras, há consenso entre cerca de 75% dos entrevistados que os espaços de comércio devem se expandir, para abrir concorrência com o mercado formal. Outras respostas obtidas referem-se à expansão menor que a demanda; necessidade de apoio (e discussão) político do governo; existência de apoio do governo através da SENAES³; expansão existe porém não é muito visível (é segmentada e difusa); as ‘instituições monolíticas’ estão fragmentadas, e assim se tornam necessárias outras iniciativas;

Surge uma questão emblemática: “O que é necessário para um empreendimento fazer parte da Economia Solidária? As respostas obtidas referem-se à autogestão (apontado por mais de 50% dos entrevistados); organização (apontado por mais de 50% dos entrevistados); articulação; participação em Fóruns de Discussão⁴; trabalho coletivo; necessidades comuns entre as pessoas; buscar conhecer experiências; constituir-se como Cooperativa ou Associação; estabelecer projeto de viabilidade econômica; ter relação democrática de poder; praticar preço justo, com qualidade.

Quanto a grupos que vivem da ‘renda da economia solidária’, o grande consenso é que normalmente (para grupos pequenos ou em início de processo) representa uma renda complementar. Foi apontado que no Paraná e Argentina os grupos parecem estar melhor estruturados. Alguns empreendimentos foram citados, quais sejam: Univens (cooperativa de confecção), Cooperativa Geral (fábrica de fogões ocupada e recuperada pelos ex-funcionários), CTMC, COOPAL, Banco Palmas (este situado em Fortaleza).

- Sobre as dificuldades enfrentadas, foram elencadas: a falta de formação e incentivos (fortemente apontada); o pouco apoio do atual governo estadual; a falta de engajamento dentro da Universidade (neste caso, a UFRGS); o baixo grau de escolarização (dos grupos/pessoas); a pouca bibliografia; a necessidade de superação das individualidades; necessidade de um visão de mundo mais coletiva (fortemente apontada); a percepção sobre a necessidade real do dinheiro; o fato da economia solidária estar em construção, e se constituir em um processo novo; a qualificação do produto; a produção em escala permanente; a necessidade de realização de formação, debates, assessoria, laboratório; a identidade de quem acessa os recursos financeiros ser os articuladores ao invés dos empreendimentos (ainda é necessária uma mediação);

³ Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho

⁴ Fóruns existentes: Fórum Metropolitano de Economia Solidária, Fórum Estadual de Economia Solidária, Fóruns Regionais de Economia Solidária, Fórum Nacional de Economia Solidária

o paternalismo das ONGs ser bastante grande. Também foi questionado sobre os subsídios existentes para o fomento e apoio aos grupos. Entre eles foram citados: o microcrédito incipiente (elemento bastante frisado); os recursos para formação; assessorias de ONGs; apoio internacional; redes de colaboração; proliferação de redes de troca.

CATEGORIA ESPECIALISTAS

Os trabalhos desenvolvidos pelos especialistas foram: produção de conhecimento/textos e artigos relacionados à Economia Solidária, análises e questionamentos teóricos e conceituais (p.ex. consumo, economia solidária); estímulo ao estudo e prática da Economia solidária nos processos educativos (UFRGS) e orientação de trabalhos; estímulo à circulação de informações; apoio e assessoria a cooperativas; criação de um Núcleo de Economia Alternativa (Faculdade de Economia da UFRGS). Quanto aos segmentos mais prósperos, a agricultura foi apontada em primeiro lugar, sendo que alguns entrevistados não responderam a esta questão.

Sobre a expansão do comércio em Economia Solidária no Rio Grande do Sul e perspectivas futuras, foi constatado que a comercialização é o principal ‘gargalo’ relacionado ao sucesso dos empreendimentos na atualidade. Além disso, foi constatado que a Economia Solidária (por sua dinâmica) está desenvolvendo redes de consumo. Outra constatação apontada pelos especialistas refere-se que os produtos populares são de difícil colocação no mercado, sendo os produtos diferenciados de maior aceitação ocupando espaços maiores.

Quanto aos quesitos necessários para um grupo ser identificado como participante da lógica de economia solidária, foi constatada: a preparação e compreensão político-ideológica, além da necessidade (de renda); constituição formal; motivação para cooperação, solidariedade, autogestão e horizontalidade (fortemente apontado). Quanto à existência de grupos que vivem da ‘renda da economia solidária’, verificou-se a existência de alguns grupos no Rio Grande do Sul, porém na maioria dos casos é a renda obtida é complementar. Alguns exemplos citados: Univens, Coopal, Grife Morro da Cruz, Construsol, Coopermodas. Além disso, foi apontado que a maioria desses grupos é constituído por mulheres. Ainda, foi apontado que parte da Economia Solidária trabalha com grupos muito vulneráveis, excluídos da sociedade, tornando o nível de exigência destes muito baixo, como por exemplo grupos de papeleiros.

Sobre as dificuldades identificadas no trabalho com a economia solidária, apontam-se: a qualificação da produção; a qualificação de apoio (contabilidade apropriada, administração, marketing); a comercialização (deve-se utilizar o diferencial do produto da Economia Solidária para trazer a luz a história do produto, estimula a criação de um mercado próprio); pessoas empreenderem essa “nova realidade de produção” não hierárquica, responsabilizando-se em diversos graus; a dificuldade de capital e crédito. Quando questionados sobre os subsídios existentes, os especialistas identificam a inexistência de subsídios; algumas atividades pontuais da Senaes; existência de incubadoras universitárias (Unisinos, UCPel, NEA/Ufrgs⁵). Sobre a Economia Solidária ser uma ferramenta para o desenvolvimento rural, foi constatado que é uma ferramenta muito importante (consenso entre os entrevistados), pois a produção agrícola individual não tem força para contrapor o modelo atual. É um campo mais aberto ao cooperativismo / é (um ambiente) mais propício para a cooperação em relação a cidade, sendo que muitos grupos são ligados ao sistema da igreja. Além disso, existem redes de produtos ecológicos, certificações (como exemplos rurais já existentes). Estes mecanismos criam a possibilidade de espaços novos de trabalho e renda. Foi

⁵ Interessante apontar que o NEA foi apontado por entrevistados que não fazem parte dele, ao passo que integrantes do NEA não o reconhecem – ao menos na entrevista

apontado o MST⁶ como uma organização em grupo, rural, que ‘de certa forma’ (por sua estrutura de gestão, organização e produção) são de economia solidária⁷.

4.3 Análise da viabilidade de incorporação dos artesanatos na lógica e sistemática da Economia Solidária no Estado

No caso do grupo Projeto Samambaia-preta Artesanato que extrai sua matéria-prima das áreas de Mata Atlântica do Litoral do Rio Grande do Sul, os entraves que se apresentaram na tentativa de trabalhar com Economia Solidária estão expressos na figura 7, sendo que a principal dificuldade que se apresenta se refere à organização e articulação em grupo. foi revelada uma questão de construção histórica e cultural, onde diversas etapas do processo estão plenamente de acordo com o aporte teórico colocado e que, por outra via, a organização através de grupos não se dá de forma associativa, formal, mas sim numa forma de colaboração entre pessoas. A escala observada é bastante pequena, e também foi constatado que cada vez mais estes agentes atuam através de laços solidários e sustentáveis por um estímulo próprio.



Figura 7 - Representação esquemática sobre as dificuldades do grupo Projeto Samambaia-preta Artesanato ao trabalhar com Economia Solidária

7. DISCUSSÃO

⁶ Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

⁷ Em entrevista com um integrante do MST, ficou claro que o Movimento não se denomina ‘de economia solidária’, embora tenham diversas afinidades com tais práticas e conceitos. Isso em função das formas de articulação dos grupos de E.S. em Fóruns, cfe apontado anteriormente.

Posto os dados presentes, apontamos ainda algumas discussões pertinentes, diretamente relacionadas ao resultado das entrevistas e tendo como base o conhecimento da realidade local. Primeiramente, é praticamente consenso que a participação na Economia Solidária requer uma organização em grupo, uma mobilização dos trabalhadores e uma busca pela sua inserção nos espaços (sejam eles de comercialização, de discussão, de formação). Uma vez que os principais problemas encontrados são justamente a falta de organização dos trabalhadores, a lentidão para a obtenção de retorno financeiro, e a comercialização como ‘gargalo’ de todo um sistema de Economia Solidária, fica claro que o papel dos articuladores é de vital importância para a própria existência da Economia Solidária. Por sua vez, a autogestão também é uma premissa dentro da compreensão que apresentamos como base da Economia Solidária. Desta forma, é necessário questionar o papel que as ONGs, grupos de fomento e apoio, incubadoras e instituições públicas devem assumir nas comunidades e grupos, de forma a fomentar a organização de base sem torná-los dependentes desta forma de atuação. Neste sentido, fica clara a necessidade de se trabalhar com perspectiva de introdução de prazos coerentes dentro das comunidades, e acompanhamento de todos os passos do processo por agentes da própria comunidade que tenham condições e motivação para desempenhar o papel de motivadores.

Como segundo ponto, é levantada a questão do acesso aos recursos e subsídios para o fomento dos grupos. Muitas vezes os editais de acessos a recursos são de uma densa complexidade, impossibilitando assim o produtor, artesão, agricultor de sequer compreender as exigências. Voltamos assim para o primeiro questionamento, onde o papel do articulador é imprescindível para a facilitação desses recursos às comunidades.

Sob o ponto de vista teórico, ainda hoje não existe um conceito que totalize a Economia Solidária. A isso se atribui a amplitude deste objeto, que é muito mais uma prática que emerge num contexto social de escassez buscando inverter este paradigma para que se consiga identificar a abundância. A Economia Solidária trabalha em escala bastante ampla (produção ao consumo), e dentro desta trajetória se desmembra em diversas práticas e ações possíveis. O que podemos e buscamos fazer é, conforme colocado no início deste artigo, buscar em diferentes elementos que permitam fazer referências, e dêem vazão a diferentes etapas desta prática de um comportamento econômico.

Outra questão da Economia Solidária é a escala onde ela atua. Podemos perceber que, por um lado, está a educação e a mudança de paradigma como ponto impulsionador de uma prática econômica mais humana e ambientalmente menos impactante, do outro está o crescimento populacional e o avanço tecnológico que de fato são muito mais velozes que as construções humanas relacionais. E, sobre este ponto de vista, convém ressaltar que todos os processos sociais de transformação não aconteceram de forma instantânea. Ou seja, por ser processo, apresenta-se inicialmente de forma mais modesta, para tomar uma escala cada vez maior. A isto, se acrescenta a questão da amplitude do objeto, ressaltando e reafirmando que diferentes práticas podem levar a uma mesma lógica.

Bibliografia

ANAMA, PGDR-UFRGS 2000 Diagnóstico socioeconômico e ambiental do município de Maquiné - RS: perspectivas para um desenvolvimento rural sustentável. Relatório de Pesquisa, Fapergs, Porto Alegre, 43p.

ANAMA, PGDR-UFRGS 2003 *Avaliação etnobiológica e socioeconômica da samambaia-preta (Rumohra adiantiformis (G.Forest.) Ching) na região da Encosta Atlântica do Estado*. Relatório Final, Pesquisa por Demanda – RS RURAL, Secretaria de Agricultura e Abastecimento do RS, Porto alegre, 111p.

COELHO DE SOUZA, G. Extrativismo em área de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul: um estudo etnobiológico em Maquiné. Tese de doutorado. UFRGS, 2003.

CATTANI, A.D. (org) 2003 A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores.

FRANÇA FILHO, G.C. e Laville, J.L. 2004 Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS.

GAIGER, L.I. (Org.). *Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil* – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GERHARDT, C. H. et. al. *Diagnóstico socioeconômico e ambiental do município de Maquiné – RS: perspectivas para um desenvolvimento rural sustentável*. Relatório de Pesquisa, ANAMA – PGDR/ UFRGS – Prefeitura Municipal de Maquiné, Porto Alegre, 2000. 56p.

ICAZA, A.M.S. Solidariedade, autogestão e cidadania mapeando a economia solidária no RS. In: Gaiger, L. I. (org), *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MIGUEL, L. A.; COELHO DE SOUZA, G.; KUBO,R. 2006 O extrativismo da samambaia-preta no Rio Grande do Sul. Série do IEPE. Editora da UFRGS.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária* – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002

XLIV CONGRESSO DA SOBER
“Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”